



# Anais da Assembléia

D.A. 43

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedez; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Selame - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Gerakio Cartório - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fiar - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1997**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hideo Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Boratto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 609**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 20/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que visa alterar dispositivos da Lei 10.236/92, que dispõe

sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do fundo de modernização da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO Nº 624**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER à Mesa desta Casa, autorização para o IAPAR ocupar o horário do Pequeno e Grande Expedientes, em data a ser definida por essa Presidência, dentro do mês em curso, a fim de expor aos Senhores Parlamentares os resultados alcançados com a utilização das tecnologias desenvolvidas pelos seus técnicos, principalmente no tocante ao plantio do café adensado e cultura do algodão, contabilizando significativos benefícios a todo o Estado do Paraná, com maior produtividade, geração de empregos e outros.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Agronômico do Paraná, que faz história com marcantes avanços tecnológicos na agricultura, o que colocou o nosso Estado em condições de competitividade no mercado interno e até no âmbito internacional, carreando consequentes benefícios, seja no campo econômico como no social, principalmente com a geração de dividendos e inúmeros empregos.

No entanto, nem sempre é dada aos ilustres representantes do povo, a oportunidade de conhecer de perto o importante trabalho desenvolvido por seus técnicos e o quanto isto significa para a economia do nosso Estado e para a sociedade como um todo.

Portanto, objetivando oportunizar aos ilustres Deputados um contato direto com a equipe técnica do IAPAR para poder conhecer, questionar e dialogar sobre o assunto, espero ver aprovado o presente requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 608**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à Família Scoparo, pelo falecimento do Senhor Antonio Scoparo, genitor do ex-Prefeito do Município de Cruzeiro do Oeste, Senhor Antonio Alberto Scoparo, ocorrido no dia 06 de abril de 1997, no Município de Cianorte.

Outrossim, solicita que dos mesmos seja dada ciência ao Senhor Antonio Alberto Scoparo, à Rua L. J. Sou-

ca. s/nº, Cruzeiro do Oeste - PR, CEP 87400-000.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Natel Grandi, na Cidade de Prudentópolis.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família, à Praça Firmo de Queiroz, nº 52.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Diretoria e funcionários do Banco do Estado do Paraná, pela forma eficiente e precisa com que prestaram esclarecimentos junto à CPI dos Títulos Públicos, dirimindo de uma vez por todas quaisquer dúvidas quanto ao pretenso envolvimento do Estado do Paraná na compra irregular de títulos públicos.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa reconhecer publicamente a ilibada gestão dos diretores e funcionários do BANESTADO, na condução da sólida instituição paranaense, que é o Banco do Estado do Paraná, sempre direcionada a satisfazer o interesse público.

REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na ata de trabalhos de voto de congratulações ao produtor Américo Figueiredo Neto, cafeicultor radicado no Município de Abatiá, Norte do Estado, proprietário de fazenda modelo na produção de café adensado.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, em Abatiá.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A "geada negra" de 1975 dizimou os cafezais paranaenses e as esperanças dos produtores na retomada da pro-

dução a longo prazo. Durante duas décadas, o Paraná tentou reverter essa perspectiva negativa, com alguns produtores resistindo à erradicação total da cultura.

Um dos exemplos de resistência vem de Abatiá, Norte Pioneiro, onde o produtor Américo Figueiredo Neto nunca abandonou o café, e tem atualmente 36 hectares plantados, sendo 7 no sistema adensado. Sua paixão pelo café fez de sua propriedade o local ideal para técnicos desenvolverem na região mudas de café no sistema adensado. O produtor possui 25 mil mudas no viveiro, com as quais vai plantar mais três hectares de café.

Com o apoio da administração municipal e dos projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado, Américo é considerado uma das lideranças da região, por sua experiência, conhecimento e dedicação à cultura do café. Merecedor incontestável desta homenagem, Américo Figueiredo Neto tem se revelado uma importante e fundamental fonte de disseminação da cultura do café no Estado do Paraná, que em breve poderá resgatar sua história no que se refere à cafeicultura e aos antigos níveis de produção e produtividade.

REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de louvor à Rede Feminina de Combate ao Câncer, pela comemoração do Dia Mundial de Combate ao Câncer, representada na pessoa da Ilma. Sra. Edith Pizato, que está à frente dos trabalhos, bem como muitas outras voluntárias, e que o presente seja enviado para a Rua Dr. Ovide do Amaral, 201, Jardim das Américas, Curitiba - CEP 81520-060.

Nesses termos pede deferimento, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Mussolini Mansani, Prefeito Municipal da Cidade de Palmeira - PR.

Esta iniciativa, altamente meritória, deve-se ao fato das comemorações pela passagem do aniversário de fundação da Cidade de Palmeira, que no

ultimo dia 07 de abril festejou 178 anos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja levada para conhecimento do Chefe do Poder Executivo de Palmeira e do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Constando no território do Estado como uma das cidades progressistas da Região dos Campos Gerais, Palmeira, agora sob a responsabilidade administrativa do Prefeito Municipal Mussolini Mansani, retrata uma nova perspectiva de avanço social e econômico.

Seus 30.871 habitantes regozijam-se nesta memorável data com as autoridades municipais do Executivo e Legislativo, que irmanados, estão construindo um município voltado para os segmentos sociais do trabalhador rural e urbano, interagindo com a comunidade, criando infra-estrutura e desenvolvendo o potencial local, com uma política de saúde em prioridade através de programas preventivos, evidenciando também projetos de apoio à produtividade local, com o objetivo de estabilizar e fixar o homem do campo. Destaca-se ainda, o esforço no sentido de efetivar meios de recursos oficiais para implantação de obras e construções, a fim de melhorar a qualidade de vida da população oriunda do pouso e curral de gado, utilizado por tropeiros que demandavam do Rio Grande do Sul à São Paulo.

A inicialmente Freguesia Nova, que foi oficialmente elevada à categoria de Freguesia em 1833, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, experimenta em seus 178 de fundação, a certeza da consolidação do progresso, com o qual nos congratulamos, através desta Casa de Leis Estadual.

**REQUERIMENTO Nº 592**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o encaminhamento do abaixo-assinado reivindicatório dos servidores celetistas ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, conforme documentação anexa.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Os servidores celetistas requerem aumento em seus salários, estribados em considerações comparativas a servidores de outras categorias, demonstrando, além da defasagem acumulada ao

longo do tempo, a disparidade de valores dos seus vencimentos em comparação a outros servidores estaduais. Argumentam, ainda, a falta de anotações na CTPS e a forçada condição de ter que responder por duas e até três funções. Questionam finalmente, para onde foram os propalados aumentos propiciados pela campanha "Cidadão Nota 10" e porque os equipamentos, como computadores, impressoras e outros que seriam adquiridos com os "lucros" da campanha, ainda não foram enviados às escolas.

Por último, Senhor Presidente, reclamam o fato de os celetistas não serem contemplados com qualquer benefício de concessão de cesta básica, assistência médica ou vale-transporte.

Para ver estas questões respondidas e atendidas, este Parlamentar espera ver aprovado o presente requerimento, na certeza de estar encaminhando uma questão justa e, inclusive, coerente com as promessas assumidas pelo Exmo. Sr. Governador, como comprovam as cópias de correspondências assinadas de punho por Sua Excelência, e que os solicitantes anexam aos documentos ora encaminhados.

**REQUERIMENTO Nº 597**

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Nossa Senhora de Fátima, os quais solicitam fiscalização quanto a uma criação de porcos existente na Rua São Gonçalo, ao lado do nº 367. Um pedido de fiscalização já foi feito através de nosso requerimento LCM/AL/10.166/95 datado de 25/09/95, mas infelizmente nenhuma medida foi tomada para resolver o problema. O mau cheiro é insuportável, causando muita dor de cabeça para todos os moradores das proximidades, principalmente nas pessoas mais idosas e doentes. As janelas das casas não podem ficar abertas e a situação é realmente crítica, necessitando de providências urgentes.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 598**

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos

moradores desse município, os quais solicitam a conclusão do calçamento na Av. Santos Dumont - trecho entre os Supermercados Santa Helena e Fantinato - Campo Pequeno. As obras estão paralisadas desde o ano passado e a referida conclusão beneficiará muito o acesso dos pedestres.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 599

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua 1, Casa 1, Jardim Monte Rei, Município de Almirante Tamandaré, a qual solicita agilização no serviço de entrega de correspondência no local. Afirma-nos a Sra. Regina Maria Pleina que as correspondências são entregues com 20 (vinte) dias de atraso, o que vem lhe causando transtornos. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente, pelo telefone 354-4154.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 600

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Parque Embú, os quais solicitam iluminação pública na Rua do Cedro. Afirmam os moradores que existiam luminárias e lâmpadas, porém as mesmas foram destruídas por vândalos. À noite é muito escuro, deixando todas as pessoas muito apreensivas.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social e ao Superintendente do INSS no Estado do Paraná, no sentido de atender pedido feito pelo Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, que solicita enérgicas providências contra o fechamento do Posto do INSS em Antonina, prejudicando sobremaneira os trabalhadores da região,

pois o referido posto é responsável pelo atendimento de 4.100 aposentados e pensionistas, a maioria de pessoas idosas e que terão que deslocar-se à outra cidade para solucionar seus problemas.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhado expediente ao Senhor Presidente do Conselho Regional de Odontologia, solicitando que o mesmo se digne a determinar sejam realizadas averiguações, quanto a um ato de autoritarismo de 02 (dois) de seus fiscais, que numa atitude que caracteriza abuso de autoridade, prenderam, no Município de Laranjeiras do Sul, neste Estado, o Sr. Edson Kudelski, auxiliar de prótese dentária, sob acusação de que o mesmo estava exercendo a profissão de dentista.

Para fazer cumprir as formalidades legais, o Deputado que este subscreve, apresenta as seguintes justificativas:

1. Para este Parlamentar, o ato deve ser considerado como de "abuso de autoridade", pois feito arbitrariamente pelos dois fiscais de nomes: Alexandre da Silva Sabino Filho e Luiz Roberto D'Agosta, ambos tendo-se apresentado como fiscais do CRO de Curitiba - PR, e teriam dado voz de prisão para o Sr. Edson Kudelski, sob a alegação de que denúncias anônimas estariam acusando-o de exercício ilegal da profissão de dentista.

2. Considerando que as declarações do Sr. Edson Kudelski, diante da autoridade policial foi a de que o paciente de nome Edemar Turra Filho estava sendo atendido pelo Dr. Luiz Gustavo Tacla, e que ao ser constatado que a jaqueta dentária do paciente estava quebrada, pediu ao Sr. Edson que a consertasse, e que logo após pronto o conserto, o denunciado estava fazendo prova da jaqueta no paciente, quando os fiscais lhe deram voz de prisão, e que solicitaram a presença de policiais militares no referido consultório, tendo sido levado para a Delegacia de Polícia.

3. O Sr. Edson Kudelski, informou que exerce a sua função de auxiliar de técnico em prótese no seu local de trabalho, e em hipótese alguma auxilia o dentista Luiz Gustavo Tacla em seu consultório e que no momento que se diz flagrado, não estava fazendo prova da prótese, mas sim, corrigindo a mes-

ma para passá-la ao dentista, por isso acredita que não cometeu qualquer irregularidade.

4. Considerando que o material de trabalho de prótese foi apreendido e trazido para a Capital do Estado, este Parlamentar classifica este ato de abusivo e autoritário, pois o fato não justifica o ato.

Desta forma, o Deputado que o presente subscreve, protesta quanto à prisão do Sr. Edson Kudelski, pois acredita que a mesma foi arbitrária e contundente, passiva de retratação por parte dos srs. fiscais. Considera, este Parlamentar, que se comprovado o fato do exercício ilegal de profissão, o consultório deveria ter sido lacrado e de lá nada tivesse sido tirado até que o processo tivesse sido encerrado.

Por estas razões, exige explicações do Conselho Regional de Odontologia, e pede punições severas para os ditos fiscais que abusaram da sua autoridade.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos de Família, solicitando a criação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família para a Micro Região da AMENORTE - Associação dos Municípios do Médio Noroeste, com sede no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Criada pela Lei nº 11.354, de 14 de março de 1996, a Região AMENORTE agrega 12 municípios: Jussara, Cianorte, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, São Manoel do Paraná, Tuneiras do Oeste e Tapejara.

Até o momento, a referida Micro Região está servida por alguns Núcleos Regionais como, Saúde, Educação, Trabalho, SANEPAR, IPE, CIRETRAN, bem como os Órgãos Federais: INSS e Junta de Conciliação. Assim, urge criarmos o Núcleo da Secretaria da Criança que atualmente está servindo a Região da AMERIOS com mais de 30 municípios, e assim está sobrecarregado.

Portanto, com a criação dessa nova Micro Região - AMENORTE, o novo núcleo prestará um atendimento ainda maior aos municípios congregados.

#### REQUERIMENTO Nº 613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Leônicio Vieira de Rezende Neto, Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando que estude a possibilidade de ser instalado um telefone público no Bairro Campo do Capão, na Cidade de Mandirituba - PR.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Sra. Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Organização Santos Inocentes - Cidade da Criança - do Município de Irati.

A instituição atende a menores de rua, órfãos e abandonados, dando-lhes toda a assistência necessária, principalmente na formação educacional.

São 38 crianças, sendo que em sua grande maioria na faixa etária de 8 anos de idade.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a construção de um Condomínio da 3ª Idade, composto de 8 casas/lares com 35,80 m2, cada unidade, no Município de Irati.

Trata-se de medida que visa amparar nossos idosos após uma vida de contribuição à sociedade.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz - DD Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a colocação de iluminação pública na Rodovia do

Encanamento que é a PR-415, que liga os Municípios de Pinhais e Piraquara.

Tal solicitação se faz necessária, em virtude de vários atropelamentos fatais registrados nos últimos meses, e também outros graves acidentes que deixam.

Devido à escuridão no local, a maioria dos motoristas causadores conseguem fugir impunemente.

Assim, face a gravidade e urgência da situação, a fim de evitar-se que novas e importantes vidas sejam ceifadas, este Parlamentar espera contar com o apoio de seus nobres Pares ao solicitado.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais desta Casa, a Carta Reivindicatória de Contenda, que resultou do consenso dos participantes do Dia de Alerta dos Produtores do Município, realizado no dia 04 de abril último.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) ALBANOR GOMES

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área abaixo descrita, objetivando a incorporação de parte territorial do Município de Foz do Iguaçu ao Município de São Miguel do Iguaçu.

##### "Limites e Confrontações:

Norte - Limita-se pelo Rio Ocoi, confrontando-se com áreas do Município de Itaipulândia;

Sul - Limita-se pelo Rio Paço Cuê, confrontando com áreas do Município de Santa Terezinha de Itaipu;

Leste - Limita-se em parte por uma linha sinuosa, em parte com linha reta e seca, confrontando com áreas de propriedade dos Srs. João Samek, Ulderico de Souza Amaral e irmão, Maria de Oliveira Motta e Pedro Dare, no Município de São Miguel do Iguaçu;

Oeste - Limita-se pelo Rio Paraná, confrontando-se com a República do Paraguai".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido de transferência de área de terra do Município de Foz do Iguaçu incorporando-a ao Município de São Miguel do Iguaçu está amparado constitucionalmente em nossa Carta Estadual no seu artigo 19, §§ 2º e 3º. Onde encontramos a vontade popular subscrita como exigida, assim como foi apresentada a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

Com a elevação do nível das águas, com a criação da Usina de Itaipu Binacional, houve profunda alteração topográfica na região oeste do Paraná, onde pequena parte da área rural do Município de Foz do Iguaçu ficou encravada entre as águas do lago artificial, o Município de São Miguel do Iguaçu, separado pelo Município de Santa Terezinha de Itaipu. Levando a impossibilidade ao Município de Foz do Iguaçu de dar assistência social aos moradores daquela localidade, a qual é dada pelo Município de São Miguel do Iguaçu, devido a proximidade geográfica deste. É este município que vem provendo a localidade da infraestrutura necessária, assim como dos serviços públicos indispensáveis, tais como: transporte escolar, postos de saúde, escolas e até sistema bancário e comercial.

Assim sendo, é justo, prático e aceitável o pedido acima, feito pela comunidade. Que se atendido, beneficiará os moradores da localidade em questão, pois não mais necessitarão transpor os Municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, quando todos os serviços públicos e particulares de que se utilizam estão em São Miguel do Iguaçu, por onde hoje devem obrigatoriamente passar para irem a Foz do Iguaçu.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 135/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Torna obrigatório a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas existentes nos estacionamentos mantidos pela administração direta e indireta do Governo do Estado, bem como das empresas de economia mista, destinadas para veículos oficiais ou não, de Prefeitos, Secretários Municipais e funcionários das prefeituras, desde que estejam em serviço do município.



Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Parlamentares, o projeto de lei que ora apresentamos, achamos ser de suma importância, haja visto que os prefeitos, secretários municipais e funcionários que dirigem-se até a nossa capital para resolverem problemas de interesse de seus municípios, e de uma forma geral resolverem os problemas de suas populações, são obrigados a deixar os veículos por eles ocupados, muitas vezes estacionados em locais distantes e sem nenhuma segurança.

Se os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado, bem como as empresas de economia mista possuem estacionamentos próprios para seus diretores e funcionários mais graduados, por que não fazer uma reserva de 20% (vinte por cento) dessas vagas para aqueles que se dirigem até esta capital não para resolverem seus problemas particulares, mas sim para resolverem os problemas de seus municípios e de suas populações.

Com o alto índice de furtos de veículos que vem ocorrendo em nossa capital, nada mais justo que os órgãos públicos permitam a entrada em seus estacionamentos, dos veículos cujos ocupantes estão única e exclusivamente a serviço de seus municípios, e não podem correr o risco de ter os seus veículos furtados ou danificados por ações de vândalos, que procuram descarregar nas propriedades alheias os seus problemas particulares, e não ficarem também a mercê dos guardadores de carros que proliferam em toda a cidade de Curitiba, e não é justo que se pague estacionamento, quando é uma despesa nem sempre reembolsável, e que acaba em prejuízo do condutor do veículo.

Portanto, se esses estacionamentos são para atender exclusivamente os órgãos públicos, nada mais justo que também os veículos das prefeituras do interior tenham os mesmos direitos dos veículos dos órgãos públicos da capital, pois também estão a serviço da população.

PROJETO DE LEI Nº 136/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante

Curitiba, terça, em 08.04.97

zante Rede Esperança, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Profissionalizante Rede Esperança vem atendendo adolescentes há mais de 3 anos, promovendo cursos de formação profissional, procurando com isso oferecer oportunidades de um futuro melhor para uma parcela mais carente da região metropolitana de Curitiba.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 137/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a efetivar a doação ao Município de Guaraqueçaba, de uma patrola motoniveladora marca Fiat Allis, série 70D00470 com motor diesel, equipado com cabine aberta, ano de fabricação 1986.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A patrola motoniveladora marca Fiat Allis, série 70D00470, com motor diesel, ano de fabricação 1986, objeto deste projeto de lei, foi cedida em comodato ao Município de Guaraqueçaba em 1987, cuja máquina vem sendo usada intensamente, sendo hoje indispensável para o município.

A grave crise financeira por que passam os municípios, e Guaraqueçaba não foge à regra, elimina qualquer possibilidade de aquisição de equipamentos desse porte.

Diante dessa situação, o Estado estaria prestando uma grande ajuda fazendo a transferência definitiva, tornando de direito uma situação que se reveste de precariedade com o comodato.

Suprindo pura e simplesmente o comodato, as pequenas prefeituras, como é o caso de Guaraqueçaba, ver-se-ão sem as condições mínimas de continuarem atendendo suas necessidades básicas, a partir do momento que devolverem seus bens comodatados.

A manutenção do comodato, garantirá ao Estado, apenas o aumento de



maquinaros sucateados, na maioria das vezes inservíveis.

A doação definitiva, virá como estímulo para a manutenção cuidadosa e conseqüente conservação dessa máquina como vem procedendo a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

PROJETO DE LEI Nº 138/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 11.509, de 10 de setembro de 1996, que alterou a Lei nº 11/257, de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Ariranha do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã, com os seguintes limites e confrontações:

Inicia na divisa da Gleba Água Fria, 1ª parte com as terras da Colônia Manoel Ribas, no Rio Azul, segue pela sua margem direita até encontrar a estrada principal que liga a Cidade de Ivaiporã a Cidade de Ariranha do Ivaí, segue pela direita até encontrar o Rio Barraquinha, seguindo pela sua margem direita até o Rio Azul, deste segue por sua margem direita até a foz do Rio Ivaí e daí sobe pela sua margem direita até a linha divisória dos Municípios de Ivaiporã e Manoel Ribas, segue pela linha divisória até o ponto inicial".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação deste projeto de lei é de corrigir o memorial descritivo da lei que criou o Município de Ariranha do Ivaí, tendo em vista que naquele memorial foram incluídas no território do município criado, as localidades de Barraquinha, Alecrim e Jardim da Curva, sem que elas fossem consultadas no plebiscito realizado em 26 de novembro de 1995.

Considerando que a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 19, § 1º, inciso II, diz que os seguintes requisitos serão observados na criação de municípios: consulta prévia, mediante plebiscito, a população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada.

Considerando, também, que a população das localidades atingidas se manifesta, conforme prova o abaixo assinado em anexo, contrariamente, a sua anexação ao Município de Ariranha do

Ivaí e que gostaria de continuar pertencendo ao Município de Ivaiporã.

Considerando, ainda, da justiça uma reivindicação do plano de lei que apresentamos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 139/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação das Associações dos Municípios do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a federação das Associações dos Municípios do Paraná, tem por objetivo a valorização e fortalecimento do municipalismo no Estado do Paraná, com a promoção de congressos, seminários e estudos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 140/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Jaguariaíva.

Parágrafo Único - Fica incluído o Município de Sengés na área de abrangência da CIRETRAN de Jaguariaíva.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Jaguariaíva.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Jaguariaíva.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Foi no ano de 1983 que esta Casa de Leis aprovou o projeto criando 74 (setenta e quatro) CIRETRAN's no Estado. Hoje, passados quase quinze anos, as estatísticas demonstram que o número de habitantes que necessitam dos trabalhos do Departamento de Trânsito no Estado dobrou e se faz urgente a viabilização de mudanças na legislação no sentido de se agilizar a prestação de serviços por parte do Estado.

Na última década, quando ali se instalou a Indústria PISA, uma das maiores produtoras de papel e celulose da América Latina, Jaguariaíva se converteu em importante pólo de desenvolvimento industrial do Estado. Como consequência, registrou-se um aumento significativo no número de pessoas que necessitam dos serviços prestados pelo DETRAN. A população de Jaguariaíva, que não conta com tais serviços, é obrigada a se deslocar à CIRETRAN mais próxima, enfrentando longas filas que prejudicam a população trabalhadora.

Em função de uma acomodação regional devido ao desenvolvimento econômico, atualmente, Jaguariaíva tem maior número de habitantes e de veículos do que o município onde está instalada a CIRETRAN mais próxima. Assim, temos justificativas suficientes para acatar a pretensão do Prefeito Ademar de Barros de instalar este órgão em seu município, com abrangência sobre o Município de Sengés.

PROJETO DE LEI Nº 141/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros, tem por objetivo colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 142/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Espirita Luz e Amor Maior", com sede e foro na Cidade e Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa conceder a Sociedade Espirita Luz e Amor Maior, de Guaraniaçu, neste Estado, o benefício da Utilidade Pública na esfera estadual, em consideração aos altos propósitos da entidade.

A resolução legislativa pretendida propiciará a supracitada sociedade, condições de melhor desenvolver seus ditames estatutários.

À vista disso, rogo aos nobres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ponta Grossa realmente é uma cidade na qual a sua história demonstra, devido à sua posição geográfica, que é um dos melhores quadrantes deste Estado, que oferece a oportunidade do assentamento de investimentos.

Os governos que antecederam este Governo Jaime Lerner, deram a nós, durante a nossa existência, o que somos. Foram se assentar em Ponta Grossa inúmeras indústrias, multinacionais, nacionais e pontagrossenses. O Paraná e a cidade sempre deram os incentivos que estavam ao seu alcance.

Foi no Governo Jaime Canet, no Governo de Parigot de Souza, de Emílio Gomes, de Richa, de Álvaro, de Requião, e agora no Governo de Jaime Lerner, também a complementação daquilo que é necessário a qualquer pólo de desenvolvimento como é a nossa cidade.

Estamos nas vésperas de uma definição de uma grande indústria, uma multinacional, a Siemens, que tem a opção de mais alguns outros municípios do nosso Estado, e pelo que podemos sentir do nosso Secretário de Indústria e Comércio, Nelson Justus, que existe além da vontade, além do incentivo, alguma coisa mais que pode fazer

com que não seja assentada em Ponta Grossa, a Siemens.

Estamos entrando na tarde de hoje com um requerimento endereçado a Sua Excelência o Governador do Estado, ao Secretário de Indústria e Comércio, mostrando que se a Siemens realmente optar por outro quadrante ou outra cidade deste Estado, será a escolha não técnica, mas uma escolha eminentemente política.

Como representante de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais, como homem ligado ao governo, não vou admitir que esse investimento, por razões alheias à técnica, ao oferecimento daquilo que a indústria pediu à nossa prefeitura e ao nosso Estado, seja levado a outro município por vontade alheia à questão técnica.

Espero, e tenho certeza, Senhores Deputados, que Ponta Grossa, uma vez mais se igualando e mostrando a capacidade daquilo que lhe é oferecido, tenha a oportunidade de ter esse investimento na nossa cidade.

Segundo assunto, Senhor Presidente, é para cumprimentar a C.C.J. que instalamos na tarde de ontem, e já pela manhã de hoje e mais precisamente na sua primeira reunião desta nova Comissão de Constituição e Justiça, deu mostras de que nesta legislatura, neste segundo período, terá o mesmo desempenho que teve no primeiro período, quando é solicitada a trabalhar com os seus pareceres, tendo seu presidente, Joel Coimbra e todos os que compõem a comissão, dando a nós a tranquilidade, a segurança e principalmente, o meio pelo qual podemos contar com a comissão em tudo aquilo que lá identificamos.

Meus parabéns à Comissão pelo tempo hábil com que matérias de alto interesse do Estado do Paraná, da família paranaense, deram o seu parecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, 7 de abril, foi o Dia Mundial da Saúde, e o nosso país, infelizmente nada tem a festejar nesse dia. Sabemos que existem inúmeros problemas políticos e financeiros para fazer com que o Sistema Único de Saúde funcione. São problemas que se os nossos governantes tivessem desejo, tivessem vontade política para resolvê-los, com certeza, pelo menos a metade desses problemas estariam resolvidos.

O Brasil é um país que tem gasto na área de saúde uma quantidade inferior ao que gasta a Argentina, Uruguai, Costa Rica e Panamá. O nosso país não chega a gastar nem 100 dólares per capita na área da saúde. O nosso Estado, apesar de que ao longo do tempo, desde que tenho militado na área de saúde e como Parlamentar, tenho ouvido dos nossos governantes o discurso que "saúde é prioridade, é um problema que eles resolverão". Temos observado que só fica no discurso, porque na prática não tem se concretizado.

Após aprovado o nosso orçamento para este ano, o Paraná vai gastar 2,8% na área da saúde, da sua arrecadação própria. É o menor investimento dos últimos 5 anos, e o nosso Estado tem vivido situação crítica. Os nossos usuários do Sistema de Saúde não têm a porta de entrada aberta, e quando entram, não conseguem ter acesso aos níveis de atendimento de especialidades e aos exames que se fazem necessários, e o nosso Governo, o nosso Secretário de Saúde não tem feito nenhuma intervenção séria e concreta nesta área de saúde.

Recentemente, por falta de UTI, morreram 7 pessoas no mês de janeiro no Hospital Universitário de Maringá. Sete, Senhores Deputados, por falta de UTI. Pode dobrar, porque morreram no mínimo o dobro, naquele mesmo hospital nesse mês, que são relatórios que não virão a público, porque dá-se a impressão que no nosso Estado não existe problema de saúde.

O Hospital Universitário de Londrina há anos na fila para poder liberar verbas mínimas, para ampliar, para qualificar e para melhorar a infraestrutura daquele hospital.

O Governo Federal que faz o discurso "que este ano é o ano da saúde", colocou no Orçamento da União, 20 bilhões de reais, o mesmo montante colocado no ano passado, só que este ano ainda, esses 20 bilhões, assim como no ano passado, está incluída a CPMF. E há mais de 3 anos tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Emenda PEC 169, de autoria dos Deputados Eduardo Jorge e Valdir Pires. E nesse tempo todo que o Governo faz o discurso de prioridade na saúde, em nenhum momento agiliza a sua Bancada para aprovar essa PEC que ali estabelece o investimento no mínimo de 105 do Estado, dos Estados e dos municípios e 30% de Seguridade Social.

Sem vontade política dos nossos governantes, sem investimento econômico, a população não terá garantido os seus direitos na área de saúde, e nem as suas necessidades mínimas serão atendidas.

Portanto, nesse dia 7 de abril que transcorreu ontem, a população brasileira fez desse dia, um dia de luta pela implementação do Sistema Único de Saúde, assim como será no dia 16 de abril em ato público em Brasília em defesa do Sistema Único e pela implementação do mesmo e aprovação da Emenda Constitucional a PEC 169.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado Anibal Khury, o que me traz à tribuna hoje, acho que é um assunto que interessa a todos nós. Há questão de dias atrás estivemos reunidos aqui na Assembléia Legislativa com a Diretoria do Banco do Estado. E a Diretoria do Banco do Estado compareceu ontem à CPI para depor a respeito da compra dos títulos públicos, e me parece que trouxeram algumas revelações que foram muito importantes para as discussões a respeito da participação do Banco do Estado neste processo investigado pela CPI.

Assisti atentamente o depoimento dos Diretores do Banco do Estado, e a participação de cada Senador no processo investigatório que a CPI está fazendo no Senado Federal.

Acho que de certa maneira podemos entender que o relator Senador Roberto Requião, acho que ao fazer perguntas e tentar fazer uma comparação entre administração do Banco do Estado, do Governo atual com o Governo passado, tendo em conta o balanço do Banco do Estado do Paraná, acho que o Senador Roberto Requião não soube colocar devidamente o rumo investigatório que a CPI precisa aprofundar suas investigações a respeito da participação do Banco do Estado neste episódio. Mas, para surpresa nossa - e aqui gostaria de fazer uma homenagem ao PSDB porque o Senador José Serra, logo depois soube conduzir a discussão da CPI para o leito próprio da CPI.

Gostaria que os Senhores Deputados, só vou tentar recuperar a intervenção do Senador José Serra no episódio da participação do Banco do Estado, para que Vossas Excelências entendam o quanto de gravidade tem da participação do Banco do Estado nesses processos.

Quero confessar, Deputado Cezar Silvestri, que fiquei até preocupado com as palavras do Senador José Serra, porque tenho escutado nas notícias nacionais e aqui dos jornais locais, que

o Governador Jaime Lerner está indo para o PSDB, e quando o Senador José Serra começou a fazer as perguntas ao Banco do Estado, fiquei preocupado que se aquela pergunta não seria para atenuar um pouco a participação do Banco do Estado, porque o José Serra é um dirigente nacional, é uma figura de proa do PSDB. E pelas notícias que temos, o Governador atual, Jaime Lerner estaria para entrar no PSDB, diz que na sexta-feira teria conversado, semana passada teria conversado com o Fernando Henrique, com o Sérgio Motta e no sábado, isso quase estaria sendo definido com o ex-Governador Álvaro Dias.

Mas, vejam bem como é que foi o raciocínio do Senador José Serra, estava presente o Murta, Presidente do Banco do Estado; e o Wilson Mugnaime, Diretor Financeiro do Banco do Estado. O Senador José Serra perguntou o seguinte: "Presidente do Banco do Estado, pode me dizer quanto de título público o Banco do Estado tem na sua carteira?" Aí o Sr. Wilson Mugnaime foi aos papéis e disse: "Podemos, sim. Hoje a carteira do Banco do Estado de títulos públicos estaduais e municipais, somam um total de um bilhão e vinte e quatro milhões". E foi mais além, deu a posição do ano de 1995, 1994, 1993, até o ano de 1992.

Teve um ano, se não me engano de 1993, que a posição de títulos era de um bilhão, trezentos e vinte milhões de títulos públicos estaduais e municipais.

Pois bem, aí o José Serra fez a pergunta: "E os títulos privados. Quantos títulos privados tem na carteira?" Aí o Diretor Mugnaime foi nos seus papéis e disse o seguinte: "Bom, na carteira de títulos privados, temos trezentos e quatro milhões". Daí o Senador José Serra fez o seguinte comentário: "Bom, somando títulos públicos com os títulos privados, a carteira total do Banco do Estado, quanto é?" Aí o Wilson Mugnaime respondeu: "um bilhão, trezentos e vinte milhões de reais".

Aí o José Serra fez a seguinte ponderação: "Então, quer dizer o seguinte, que o Banco do Estado é um banco que concentra suas aplicações em títulos, preferencialmente em títulos públicos estaduais e municipais".

O Diretor do Banco: "É, esta é uma especialidade do Banco do Estado, e há 10 anos estamos investindo em títulos públicos estaduais e municipais. E quero dizer mais, a corretora do Banco do Estado está em primeiro lugar no ranking em rentabilidade, e está em

terceiro lugar no ranking em algum outro índice".

Aí o Senador José Serra disse assim: "Bom, me espanto, porque o BANESPA, que é um Banco Estadual, tem uma carteira de títulos, e na sua carteira de títulos somam um total de 18 bilhões, sendo que 900 milhões são de títulos públicos, isto é 7% a 8% do total da carteira. E no Banco do Estado acontece o contrário. 80% da carteira do Banco do Estado são de títulos públicos estaduais ou municipais".

Aí o Presidente do Banco e o Sr. Wilson Mugnaime chegaram, estufaram o peito e disseram: "É, temos a honra de sermos o único Banco do Brasil que tem uma especialidade em aplicação de recursos na carteira de títulos públicos, porque é o único Banco do território brasileiro que tem 80% das suas aplicações em títulos públicos municipais e estaduais".

Aí o José Serra disse assim: "Muito bem, dado isso, gostaria de fazer a seguinte pergunta para o Senhor: já que o Banco do Estado tem uma experiência de 10 anos, a sua carteira, 80% dela é de títulos públicos estaduais e municipais, podem explicar para nós da CPI, como é que vocês foram comprar os títulos de Alagoas, de Pernambuco e de Osasco, sem deságio quando o de Alagoas começou com um deságio de 37 e vocês compraram no final do dia com um deságio de 11, deságio de 5, com deságio de 8"?

"Diga-me uma coisa, será que com a experiência de 10 anos e tendo a corretora do Banco toda essa credibilidade, será que vocês não puderam passar a mão no telefone, quando viram que uma corretora ofereceu título para vocês às 15:00 horas, título público de Pernambuco ou de Osasco, ou de Alagoas, será que não deu para vocês passarem a mão no telefone e telefonarem para o Governador do Estado de Alagoas, ou para o Presidente do Banco, com a experiência que vocês têm"?

Sem respostas, Senhores Deputados!

Sem resposta nenhuma. Ficou evidente, e o Senador José Serra foi além, porque fez uma análise de qual é a participação do Banco do Estado neste processo, que acabou deixando os representantes do Banco do Estado sem respostas às questões importantes, como as tais: pergunta do Senador José Serra, depois dessa: o Banco Votorantim, que foi quem emitiu esses títulos, e só no Estado de Santa Catarina ganhou 33 milhões, para ser emissor destes títulos, o Banco Votorantim declarou na CPI que não negocia títulos, não compra títulos no mercado, ele só participa

da emissão de títulos ou debêntures, ele é um banco especializado nisso. Depoimento do Fábio Nahum e do Senhor Ronaldo Ganão, e palavras do Senador José Serra.

Então, gostaria de fazer a seguinte pergunta: Os Senhores Diretores do Banco do Estado tiveram alguma negociação com o Banco Votorantim? Resposta do Senhor Wilson Mugnaime: não. Resposta do Senhor Presidente Murta: não. Aí, o Senhor José Serra, com paciência, folheou o material e disse assim: "mas os Senhores poderiam explicar então porque o Banco Votorantim, nos últimos 6 meses de 96, telefonou 273 vezes para a Direção do Banco do Estado, se o Banco Votorantim não negocia títulos"? Resposta também não dada.

Mas aí, vejam só, o Senhor Wilson Mugnaime, aliás foi repreendido pela Direção do Banco, pelos assessores do Banco do Estado lá presentes, quando levaram um papel a ele, disse o seguinte, quando o Senhor José Serra perguntou por que eles não ligaram o telefone com a experiência que tem, que ele mandou os operadores do Banco do Estado fazerem uma ligação para Santa Catarina, e quando ligaram lá para o BESC, para a mesa de operações de Santa Catarina, a resposta do Banco do Estado de Santa Catarina era de que não tinha mais título para vender, que não poderia vender título para o Banco do Estado, o Wilson Mugnaime disse que na realidade o Governo de Santa Catarina tinha vendido tudo para o Votorantim e não tinha nenhum título para ser vendido para outro Banco Público Estadual diretamente. Uma afirmação grave, porque demonstra que o Banco do Estado de Santa Catarina e o Governo do Estado de Santa Catarina estavam retendo os títulos na mão para passar esses títulos só para quem eles quisessem.

Aí, o Senhor Wilson Mugnaime tentou, tardiamente, modificar a sua versão de que o Estado de Santa Catarina tinha negado a venda dos títulos através do BESC, o que não conseguiu, porque já tinha informado, e o Senador José Serra, como é um homem lúcido, um homem que foi treinado nos bancos escolares da USP, já tinha anotado as informações feitas pelo Senhor Wilson Mugnaime, e este não pôde voltar atrás nas suas informações.

Fico espantado, porque além das revelações feitas com a interpelação do Senhor José Serra, a Diretoria do Banco do Estado lá na CPI do Senado, confessou algo que negou, aqui para nós, na Assembléia Legislativa, ou alguém aqui lembra-se quando o Senhor Paulo, Diretor da Corretora veio ao microfone da Assembléia Legislativa

afirmar, quando fiz a pergunta, se alguém conhecia o Senhor Fausto Solano, alguém lembra-se que o Diretor da Corretora veio a este microfone e disse que tinha viajado de helicóptero com ele? Não, Senhores, ninguém lembra disso. Ele aqui não declarou isso, omitiu essa informação de todos nós Deputados, o Presidente do Banco do Estado, depois que eu revelei os telefonemas, foi à tribuna e disse que tinha participado de um coquetel, mas o Diretor do Banco do Estado, da Corretora, que viajou de helicóptero junto com o Senhor Fausto Solano, e teve uma reunião com o Senhor Ageu Silva, vice-Presidente do BRADESCO, não confessou isto aqui na tribuna, como ontem foram desmascarados pela CPI, quando foi perguntado pelo José Serra se tinha alguma negociação com o Banco Votor, e o Presidente do Banco negou, e o Senhor Wilson Mugnaine negou e depois o José Serra apresentou as ligações telefônicas e ainda fez uma chacota, dizendo o seguinte: "bom, até posso imaginar que tem uma funcionária do Votor apaixonada por um funcionário do Banco do Estado, e que tenha sido o motivo dessas 273 ligações".

Mas se não há negócios entre o Votor e o Banco do Estado no mercado de títulos, por que essas ligações, sendo o Votor um lançador primário das ações do Estado de Santa Catarina, do Estado de Alagoas e do Estado de Pernambuco? Isto me leva a crer que as respostas dadas, independente da luta política, dos problemas existentes entre o Senador Roberto Requião, o atual Governador Jaime Lerner, que acho que para nós não interessa trilharmos este caminho de disputa política entre quem é oposição e quem é situação, mas isto sim de procurar saber como é que foi a participação do Banco do Estado do Paraná na compra de 274 milhões de títulos públicos, envolvidas na maior fraude financeira revelada no sistema nacional até hoje.

São três Bancos que compraram. Vejam como as informações vão se fechando. O Banco Multiplic, que tem 400 milhões de patrimônio líquido, de capital, é um Banco que é sócio do Lloyds Bank, que é o Banco inglês. O Banco Multiplic comprou 100 milhões de títulos públicos, depois vendeu, 20 dias depois vendeu 35 milhões para o BRADESCO. Vejam como as coisas vão se fechando.

A última pergunta feita para um ex-Presidente da Corretora do Banco do Estado, e até trouxe uma revelação meio complicada para o Governador do Estado do Paraná, o Governador Jaime Lerner, porque ele confirmou que foi

nomeado, indicado para Presidente da Corretora do Banco do Estado por empresários, mas a revelação maior que ele traz é a seguinte: este homem era funcionário durante 10 anos do Lloyds Bank, trabalhava no Lloyds Bank, o mesmo Lloyds Bank que comprou junto com a Multiplic 100 milhões de títulos do Estado de Alagoas e de Santa Catarina, e de Pernambuco. Este homem era o Presidente da Corretora do Banco do Estado, Senhor Pedro Ramos, que confessou ter sido indicado por quatro empresários daqui do Estado do Paraná, para ser Presidente da Corretora.

A mim, pensava que a indicação do Presidente da Corretora do Banco do Estado fosse uma atribuição do Presidente do Banco do Estado, e no máximo, quer dizer, do Presidente e do Governador do Estado do Paraná, desconhecia que empresários estavam indicando pessoas importantes para estar na condução de empresas públicas do Estado do Paraná. Mas este é um outro problema que não compete aqui discutirmos, porque não se trata de querer investigar os problemas do Governo do Estado do Paraná, mas se trata de analisarmos a participação do Banco do Estado na compra de títulos.

O que ficou provado, Senhor Presidente, acho que o interrogatório feito pelo José Serra e que por último foi corroborado pelo Senador Romeu Tuma, acho que o Senador Romeu Tuma não é do PDT, não é do PT, não é do PMDB, não é do PSDB, e acho que tem uma certa isenção para fazer algumas ponderações, o Senador Romeu Tuma revelou para o Presidente do Banco do Estado do Paraná que o Banco del Paraná tem servido, conforme depoimentos dos gerentes do Banco de Rondônia, do Banco Araucária e das instituições próprias do Banco do Estado na passagem, na lavagem de mais de 400 milhões de reais, através do Banco del Paraná. Perguntou se o Domingos Murta Ramalho tinha conhecimento disso. Não tinha conhecimento disso.

Então, me pergunto: que auditoria foi feita no Banco del Paraná até agora, anunciada há dois meses atrás? Que auditorias, que procedimentos investigatórios foram feitos no Banco do Estado do Paraná, para saber da participação irregular da diretoria do Banco em especial, da Corretora, na compra desses títulos? Não sabemos de nada.

O Governo do Estado até agora não mostrou uma única razão, como se não houvesse nenhuma irregularidade, é como se tudo fosse acobertado pelo manto de uma briga política entre o Senador Roberto Requião e o Governador Jaime Lerner.



Quero dizer aos Senhores, que por mais que ache e entenda a importância desta CPI para o sistema financeiro nacional, que revelou uma faceta dan-tesca e cruel do mercado financeiro brasileiro, acho que nós aqui da As-sembléia Legislativa não temos que nos pautar para descobrir a verdade sobre as posições do ex-Governador Requião, e nem as posições do Governador Jaime Lerner, porque o que é correto, é que o Banco do Estado, especialista em títulos públicos, não foi capaz de dar um telefonema, não foi capaz de se co-municar com um Secretário de Estado, desses Governos Estaduais e Municipais, para sequer saber se os títulos tinham preço menor do que ele estava comprando no final do dia.

Isso não consigo entender, como que uma instituição especialista, mais de dez anos na sua carteira, tendo 80% dos títulos públicos, pode cometer um ato desses? Tudo me leva a crer que alguma coisa errada tem nesse procedi-mento.

Então, por isso o Governo do Es-tado do Paraná tem obrigação de proce-der investigação das mais enérgicas nas instituições do Banco do Estado, aliás, Senhores Deputados, é de conhe-cimento de todos os Senhores, que acho que somente uma CPI pode investigar o que aconteceu com os títulos públicos adquiridos pelo Banco do Estado.

Por isso, em função dos depoimen-tos e das afirmações contidas no rela-tório da CPI, acho que só vieram a re-forçar que essa Assembléia, de uma ma-neira independente, de uma maneira tranqüila, possa investigar como o Banco do Estado, e por que o Banco do Estado adquiriu este montante enorme de títulos públicos, que revelado hoje, fazem parte de uma cadeia de corrupção, de desvio de recursos do povo brasileiro.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento)

Deputado Ângelo Vanhoni, na ver-dade queria dizer que Vossa Excelên-cia, até de forma surpreendente para mim, vai à tribuna e com muita ponde-ração faz uma análise da reunião de ontem na Comissão Parlamentar de In-quérito. E creio que o seu pronuncia-mento poderia ser resumido num binô-mio: incompetência ou má-fé. Ou a Di-retoria do BANESTADO Corretora foi in-competente, ou agiu de má-fé, porque ficou caracterizado no depoimento que os diretores prestaram na noite de on-tem, e na própria participação aqui na nossa Sessão Secreta, que os diretores

que se julgam altamente especializados e capacitados, participaram da mesma cadeia da felicidade, a famosa cadeia da felicidade que acabou gerando lu-cros altíssimos em comissões exorbi-tantes para bancos e comissões para os laranjas.

Então, quero crer no seguinte: se os mecanismos que vamos ter é a cria-ção de uma Comissão Parlamentar de In-quérito aqui no Paraná, para investi-gar essa questão, ou se são aquelas providências que estamos já solicitan-do e pedindo ao Governador Jaime Ler-ner, na esperança que ele tome essas providências, fazendo uma ampla refor-mulação na direção do Banco do Estado do Paraná, ou seguramente vamos conti-nuar assistindo um desfile de escân-dalos vinculados ao nosso banco. Segu-ramente a direção da Corretora foi in-competente, basta conseguirmos identi-ficar se agiu com má-fé.

É claro que muitas das explica-ções que foram dadas não convenceram a ninguém, só aquele que cegamente quer seguir ao seu patrão, ao seu orienta-dor, ao seu mentor, e aqui nesta Casa, quero crer, não é uma casa de freiras, não é um convento, todos aqui estão convencidos que houve ou incompetên-cia, ou má-fé.

Aposto na má-fé. Há, seguramente, má-fé. Há boatos muito fortes do te-soureiro de campanha, que teria inter-mediado as negociações destas conver-sações. É alguém que está denunciando na CPI, que está acontecendo na Assem-bléia Legislativa no Estado vizinho de Santa Catarina.

Quero crer que as pistas estão postas aí para quem quiser encontrar um caminho para aterrisar esta inves-tigação. Quero crer no seguinte: o Go-vernador tem sim de tomar medidas ur-gentes, e esta Casa, aqui, não pode fazer as vezes de avestruz, enfiar a cabeça para dentro.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presi-dente, no Grande Expediente, te-nho alguns apartes a dar.

Incorporo parte do seu pronuncia-mento, Deputado Luiz Claudio Romanel-li. Acho que se o Governador entende que tenha de afastar ou não a Direto-ria do Banco do Estado, isso é um en-tendimento do Governador em relação aos seus assessores que estão na con-dução do Banco do Estado.

O que precisamos, na realidade, é que a Assembléia Legislativa tivesse respostas que pudessem satisfazer, de que esse procedimento da compra de tí-tulos foi uma operação sem nenhuma suspeita, do ponto de vista de ter participado de uma forma combinada com



esse esquema que está colocado, e evidente para a opinião pública nacional. Porque a pergunta do José Serra é a pergunta de um Senador, suspeito, do ponto de vista político, nas brigas internas, aqui do Paraná.

O Senador José Serra fez a seguinte pergunta: mas se a Corretora do Banco do Estado ia comprar títulos públicos, tinha dinheiro em caixa, precisava comprar, e queria investir, me conte uma coisa: ela mandou uma cartinha para os vinte e sete governos? Uma cartinha simples. Ela mandou uma cartinha? Ela mandou uma cartinha para trinta Prefeituras deste país? Ela pegou o telefone, e telefonou antes de comprar títulos de Alagoas e Pernambuco? Ela telefonou para saber quanto era o deságio para comprar mais barato o título, e ter mais rentabilidade? São perguntas que foram feitas pelo Senador José Serra, e que não tiveram respostas. São perguntas que fizemos aqui e não tiveram respostas da Diretoria do Banco do Estado.

Aliás, a Diretoria do Banco do Estado veio aqui - me desculpem a expressão -, mas falou a verdade para nós, Deputados. Disse que não conhecia o Senhor Fausto Solano. E o rapaz, Diretor da Corretora, viajou de helicóptero com o Senhor Fausto Solano. Teve que revelar isso na CPI, porque senão lá, ele poderia ser processado. Porque o Senhor Fausto Solano poderia confirmar isso, e assim por diante.

Outros diretores do Banco do Estado têm a mesma situação: vieram aqui e não tiveram a coragem de confessar, e sabemos que tiveram contato com esse Senhor.

Não sei se os Senhores estão acompanhando de perto, a Empresa IBF, que faturou nove milhões numa das compras, faturou seis milhões em outras compras, é uma empresa que tem um capital social de dez mil reais. Está virando chacota para todos os empresários do sistema financeiro, de que o Senhor Borges, dono da IBF, é o maior entendido em mercado de títulos públicos da América Latina, porque ele deu um banho de lucro em todo o sistema financeiro, inclusive no BANESTADO, que é o que tem maior experiência do Brasil na aquisição de títulos públicos.

São respostas, Deputado Valdir Rossoni, que sei que Vossa Excelência tem um compromisso a sustentar com o Governo, é uma posição delicada, mas não tem como provar, como esclarecer estas dúvidas. O Banco Votor, Deputado Valdir Rossoni, volto a afirmar, teve ligações, contatos com a direção do Banco do Estado, principalmente com a

Curitiba, terça, em 08.04.97

mesa operadora da Corretora do Banco, ele não vendeu nenhum título novo de nenhum outro mercado, de nenhuma outra empresa para o Banco do Estado. A única coisa que ele fez foi uma venda de CDI. Mas, no entanto, aparece o Banco do Estado detentor de 274.000.000 em títulos públicos, e quem estava ofertando era o Banco Votor, e que está implicado neste processo com crimes na ordem da Receita Federal, evasão de divisas, sonegação, liquidado pelo Banco Central!

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Não sei se Vossa Excelência tem ouvido ou assistido ao vivo ou pela televisão. Tive a oportunidade de ver e ouvir pela televisão, e quero dizer a Vossa Excelência que as respostas que Vossa Excelência está procurando estão explicadas.

Ontem, foi claramente dito, pelos depoentes, que a "cadeia da felicidade", tão falada pelo Senador Requião, só se tem conhecimento, hoje isso se tornou público, por quê? Porque tem a CPI. Porque se não tivesse a CPI, ninguém teria conhecimento que estas ações, que estes títulos passaram pela "cadeia da felicidade"! Esta é uma resposta que Vossa Excelência está tendo dificuldades em entender.

Deputado, foi claro o posicionamento do Presidente do BANESTADO: "se tivéssemos conhecimento da 'cadeia da felicidade', não compraríamos estes títulos". Foi esse o posicionamento do Presidente do BANESTADO!

Temos que deixar claro para a população paranaense que só se tem conhecimento deste caminho de roubalheira, que se transformou a venda desses títulos devido a não se ter conhecimento.

Agora, Deputado Vanhoni, Vossa Excelência é um Deputado que respeito, é inteligente, existem dois grandes culpados nesta questão e está faltando coragem ao próprio Senador Requião para cortar, na carne, isso. Só se tem o ladrão se é dada a oportunidade! Só se tem hoje a Explite, a Votor, que ganharam milhões, porque tivemos um Banco Central incompetente e porque tivemos um Senado da República que autorizou!

Ora, já que o Senador Requião, que está prestando este trabalho à Nação, através da CPI, Vossa Excelência acha que o BANESTADO, o BRADESCO, que mais de 80 instituições que compraram estes títulos, teriam entrado nesta compra se o Senado tivesse executado e

trabalhado dentro das normas que deveria ter sido trabalhado? Se o Senador Requião, que me desculpe, tivesse realmente interesse, as primeiras pessoas que ele deveria ouvir seriam os relatores que deram os pareceres, para que pudessem ser emitidos estes títulos.

Vossa Excelência se coloque no lugar da BANEESTADO Corretora, quando recebeu para comprar estes títulos, sabendo que tinha o parecer do Banco Central, sabendo que tinha a aprovação do Senado da República, o que mais deveríamos exigir, se estas duas instituições tomaram esta atitude?

Então, estão procurando o culpado no lugar errado! Os dois maiores culpados desta situação criada, está claro, os culpados são o Banco Central e o Senado da República. Sabemos que foram os Senadores, e que me desculpe o Senador Esperidião Amin, que está aí agora, querendo colocar o Estado de Santa Catarina, que é culpado na emissão dos títulos, porque emitiu títulos fora da lei. Mas, por outro lado, ele esquece que ele foi relator de títulos de municípios e de Estado. Ora, se quisermos fazer uma CPI, temos que começar essa CPI pelo Senado da República, porque senão, não vamos achar os verdadeiros culpados.

E como última posição, se me permitir, queria colocar a Vossa Excelência, o que me deixou também - e é claro, não sou "expert" na questão de bolsa, de ações, de títulos e de bancos - quando o Presidente da Caixa Econômica federal, ontem, foi prestar esclarecimento, e disse que ele comprou títulos diretamente do Banco do Estado de Pernambuco, direto. E pagou os títulos com deságio de 8%. E logo depois o Banco Votorupenga comprou títulos do Governo de Pernambuco, com deságio de 30%.

Por que é que a BANEESTADO Corretora não pôde comprar os títulos com deságio de 17%? As explicações estão fáceis e só vou passar a acreditar no Senador Requião, que ele está imbuído de boas intenções na questão da CPI, a partir do momento em que ele chamar o Senhor Esperidião Amin, o Senhor Gilberto Miranda, para prestarem esclarecimentos, o porquê que eles deram os seus pareceres favoráveis para a emissão daqueles títulos. Ora, porque dava para desconfiar. Se eles estão cobrando da BANEESTADO Corretora, por que eles não se aperceberam da questão dos títulos de Pernambuco? Ora, por que é que o Senado não se apercebeu, sabendo também das condições "horribéis e vexatórias" que se encontra o Estado de Alagoas. Por que o Senado da Repúbli-

ca, na hora de dar o seu parecer, eles não enxergaram isso? Só estão enxergando agora. E estão procurando culpados aonde não estão os culpados.

A "cadeia da felicidade" é o inverso, não é de cima para baixo, não é a ponta o culpado. O culpado está em cima, porque está a prova quando a Caixa Econômica comprou com 8% de deságio, quando o Votorupenga comprou com 30% de deságio e quando o BANEESTADO, na ponta, comprou com 17% de deságio.

Se a CPI quer ganhar novamente e ter a credibilidade da Nação, eles tem que começar, a CPI, a ouvir os esclarecimentos dos Senadores que deram os seus pareceres favoráveis a emissão desses títulos.

Aí sim, inicia-se um processo correto, sério, e tenho certeza que os Senadores da República, que neste momento cobram seriedade dos depoentes, se eles tiverem seriedade, vão contar aonde está o "gato", e aonde está o verdadeiro "chuncho" que foi montado na questão dos títulos públicos.

Agradeço o aparte e peço desculpas por ter me estendido.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vossa Excelência, acho que contribuiu em muito com a discussão de hoje a respeito deste processo que está acontecendo no Senado Federal.

Só gostaria de incorporar, quase a totalidade do seu pronunciamento, quando diz que o Senado tem que investigar, e ficou evidente, pelo menos é a impressão que tenho até agora, de que o Banco central tem...

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado, só uma questão. Não teria compradores de títulos, se não houvesse a aprovação do Senado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Que o Banco Central tem participação no âmago deste processo, na concessão de pareceres favoráveis da forma como foi feito. E o Senado também tem parte, preciso explicar melhor, de como que esses processos foram relatados e nas condições de que foram. Vossa Excelência tem toda razão nesse aspecto. Mas quero afirmar para Vossa Excelência que o meu paradigma não é o Senador Roberto Requião e nem o Senador Amin. E espero que nem o seu.

O que de fato acontece, é que houve uma revelação para a opinião pública nacional, de que houve uma venda fraudada, pareceres encomendados, precatórios que foram superfaturados, há um processo irregular de um vício de origem muito grande, o Estado de Per-

nambuco está profundamente comprometido com suas autoridades, Secretário das Finanças, Governador, o Secretário e o Governador a mesma coisa, o Governador de Santa Catarina e o seu Secretário a mesma coisa, como também estão envolvidos os técnicos do Banco Central e os Senadores que proferiram pareceres, em regime de urgência, para este processo. Este é um lado que a CPI precisa apontar os culpados e modificar a sistemática.

Mas isto não é tudo, Deputado Valdir Rossoni. Há uma cadeia de compras, de emissão de títulos públicos, que nesse caminho, empresas fantasmas que não existem lucraram somas fabulosas de recursos e onde estamos chegando à conclusão de que os compradores finais estavam em processo de combinação, desde a origem do lançamento desses títulos.

Mas o que é mais sério, e a grande contribuição que o Senhor traz a esta Assembléia, é a declaração do Presidente do Banco do Estado. O Presidente Murta, como disse o Deputado Valdir Rossoni, disse claramente, depois que a CPI revelou que esses títulos públicos participavam de uma cadeia da felicidade, de uma cadeia de fraude, no lançamento e na comercialização dos títulos, queria saber se o Senhor compraria algum título, como cidadão ou como dirigente de uma empresa pública. O Presidente do Banco, como o Deputado Valdir Rossoni afirmou, disse não! Não compraria. Porque a CPI revelou para o Brasil a cadeia da felicidade e as irregularidades que aconteceram neste processo.

Pois bem, Deputado Valdir Rossoni, como explicar agora que dados 60 dias que a CPI revelou a "cadeia da felicidade", o Banco do Estado comprou a DIVALPAR, perto de 38 milhões de reais em títulos públicos, comercializados do Estado de Alagoas, de Santa Catarina e de Pernambuco. Sessenta dias depois. O Presidente do Banco do Estado caiu numa contradição profunda, clara, transparente, no depoimento da CPI, corroborado hoje por Vossa Excelência, aqui da tribuna, do seu lugar de assento neste Plenário.

Ora, se não é para comprar, porque ficou revelado que não se compraria títulos depois que a CPI ficou instalada, como se justifica que o Banco do Estado comprou os títulos intermediados pela Corretora DIVALPAR, num montante muito grande. Vamos justificá-lo pela rentabilidade? Ora, mas o argumento da rentabilidade, Senhores Senadores, não é esse que está em jogo nesta cadeia, neste processo de investigação. Não estamos investigando se

alguém teve prejuízo, ou alguém teve lucro. Estamos investigando um processo de fraude, de roubo de dinheiro público. E muitas vezes, como disse o Senhor Esperidião Amin, o argumento final da rentabilidade é para demonstrar honestamente como se pode roubar no mercado financeiro.

E não estou aqui para compactuar com isso e nem permitir que um Banco público, com a responsabilidade que tem o Banco do Estado perante milhares e milhares de brasileiros que moram no Estado do Paraná, possam permitir que empresas fantasmas aфирam lucros estrondosos desta forma irregular e fraudulenta.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Deputado Vanhoni, infelizmente, ontem, não tive a oportunidade de assistir ao depoimento dos Diretores do BANESTADO na CPI. Mas ouvindo o seu pronunciamento, cheguei a algumas conclusões. O Senhor fez questão, várias vezes, de citar o Senador José Serra, e até porque, gostaria de fazer esta pergunta a Vossa Excelência, dando claramente a impressão de que o Senador Roberto Requião estaria usando politicamente a CPI. Não sei se seria essa a sua intenção quando o Senhor falou, várias vezes, em partidos políticos, e até falou do Senador José Serra.

O fato de o Senador José Serra pertencer ao PSDB e haver uma divulgação por parte da imprensa, da vontade do Governador Jaime Lerner entrar no PSDB, então este seria um dos questionamentos, e até por não ser um "expert" no assunto. Sei que Vossa Excelência é, até porque é funcionário do BANESTADO, mas como leigo, alguns questionamentos nós ficamos. Um deles seria com relação a uma das perguntas, um dos questionamentos que Vossa Excelência fez, quando diz: o por quê do BANESTADO não fazer uma consulta a todos os Estados, mandando cartas.

**O SR. ÂNGELO VANHONI** - O Senador José Serra fez esta consulta?

**O Sr. Cezar Silvestri** - Esta pergunta?

**O SR. ÂNGELO VANHONI** - Ele fez esta pergunta?

**O Sr. Cezar Silvestri** - Então a pergunta que fica, falo isso como leigo, é no seguinte sentido: primeiro, se quando no Governo passado, e Vossa Excelência mesmo diz, que no Governo anterior a compra seria em torno de 1 bilhão e 300, o volume de títulos?

O SR. ÂNGELO VANHONI - O volume total até hoje é de 1 bilhão e 24 títulos públicos estaduais e municipais na Carteira do Banco do Estado. Somados com os títulos privados dá 1 bilhão 340.

O Sr. Cezar Silvestri - E que também no Governo anterior existia um volume muito grande de títulos públicos na carteira do BANESTADO?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sim.

O Sr. Cezar Silvestri - A pergunta que fica é: será que a administração anterior do BANESTADO, no Governo passado, será que ela fez essas consultas aos Estados? Esta seria uma das perguntas. E será que ela comprou diretamente ou também houve intermediários? São questionamentos que todos estamos fazendo, porque de repente, também houve intermediação naquela ocasião, como houve agora, e não estou aqui defendendo o BANESTADO, de forma nenhuma, mas realmente fica este questionamento, até aproveitando o aparte do Deputado Valdir Rossoni, quando ele diz que é lógico, hoje, depois de levado à opinião pública, toda essa cadeia de corrupção que está havendo através dos títulos, fica fácil falar. Mas antes, como era feito? Como eram feitas essas operações?

Mas o aparte, até porque não sou o entendido na área, o aparte que faço a Vossa Excelência, é com relação ao Banco del Paraná. Estou aqui já pela segunda legislatura, e já na legislatura passada houve denúncias com relação a lavagem de dinheiro do Banco del Paraná. O que sempre nos dizem, é que o Banco del Paraná, que por estar em outro país, inclusive, a legislação que rege é uma legislação estrangeira, fica muito difícil você aplicar as normas e as leis que regem aqui no Brasil com relação a este Banco.

O questionamento que fica, acho que aí a Assembléia Legislativa poderia contribuir, na verdade apresentar um projeto com a assinatura de todos os Deputados, autorizando o Governo do estado para vender o Banco del Paraná. Porque passa Governo, muda Governo, e sempre temos problemas lá. Fala-se em lavagem de dinheiro, de repente, um grande depósito em dólar no Banco del Paraná, como que o gerente do Banco del Paraná vai dizer? Não aceito este depósito. Daonde? Qual a origem? Isto fica muito difícil, e por existir esta dificuldade, acho que fariamos uma contribuição muito grande se todos os

Deputados assinassem um projeto de lei, autorizando o Governo do Estado a vender o Banco del Paraná, para que isso acabe.

Todos os Governos, estou aqui, como falei, desde a legislatura passada, passa um Governo, passa outro, sempre estamos vendo problemas lá no Banco del Paraná, e sempre se diz o seguinte: Não podemos fazer nada, porque lá o Banco é regido por uma legislação, é de outro País, diferente da nossa.

Então, acredito que poderíamos contribuir, muito, acabando com isso, vendendo o Banco del Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Cezar Silvestri, agradeço imensamente as suas ponderações e gostaria de responder uma a uma.

Vossa Excelência colocou três questões: primeiro lugar, se no passado o Governo do Estado comprou títulos, e se houve processo de intermediação, Deputado Silvestri, não fiz parte do Governo passado, como Vossa Excelência também não fez parte. Sei que o mercado de capitais é mercado cheio de intermediações, o Governo do Estado do Paraná comprou no passado, como o próprio Banco revela, ao longo desses 10, 12 anos, tem uma carteira que 80% são de títulos públicos. Então, foi comprado muito título público dos Estados e dos municípios brasileiros, e que houve intermediação, até acredito que houve. Estou falando aqui como bancário, de que um Banco, uma distribuidora, uma corretora intermedia a venda, ganha o que precisa ser ganho, declara no imposto, a corretora fez isso, acabou, morreu. Como funciona o mercado.

A revelação, ontem, do Presidente Murta, é que no Governo do Requião foram comprados 346 milhões do Estado de Goiás, o que é verdade, porque são dados que estão no Banco. O problema é o seguinte, para sabermos aqui, se esta operação de Goiás, também está com os mesmos moldes desta última operação que está sendo investigada pela CPI. Se tiver procedimentos parecidos, é objeto de investigação, e objeto, se tiver responsabilidade, de punição, pelos responsáveis da época.

Concordo plenamente com o Senhor. Não tenho problema nenhum em investigar esta compra passada de títulos pelo Banco do Estado do Paraná.

A ponderação que Vossa Excelência faz, quando fez referência ao posicionamento do Senador Requião na CPI, ontem, e as ditas pelos companheiros que dão sustentação ao Governo, de que na realidade é uma tribuna que o Senador

Roberto Requião está fazendo para atacar o governo, seu opositor, do Senhor Jaime Lerner.

Quero dizer que se fosse eu, ontem, no lugar do Senador, não teria tido o mesmo procedimento. Iria procurar muito mais na linha do Senhor José Serra, para buscar esclarecimentos e ver se há contradições nos depoimentos da diretoria do Banco do Estado, como ficou evidente com a pergunta do Senador José Serra, para contribuir para a CPI do Senado.

Não teria o mesmo procedimento, mas não está em jogo o desejo pessoal do ex-Governador Requião. O que está em jogo é uma compra de títulos públicos, que foi intermediada por empresas que não existem e que auferiram lucros estrondosos e ficou revelado uma porção de contradições neste processo do qual o BANESTADO faz parte.

Não me oponho a que investiguemos - caso uma CPI seja instalada - a compra de títulos feita no Governo passado. Não tem problema nenhum nisto. Podemos estender a CPI para fazer essa investigação.

Quando Vossa Excelência fala do Banco del Paraná, acho que Vossa Excelência tem o apoio de todos os Deputados.

Quero comunicar ao Presidente Anibal Khury, que já há um projeto de minha autoria, quando trouxemos aqui o Senhor Presidente do Banco do Estado, Luiz Fayet, que veio aqui e que propusemos, num projeto de lei, autorizando o Banco do Estado a proceder a venda daquele Banco, porque via de regra, não conheço um quilômetro de estrada, não conheço uma área de agricultura do Estado do Paraná, que tenha sido financiada com dinheiro auferido pelo Banco del Paraná. Tem servido para irregularidades gravíssimas, tanto dos Governos que atuaram na condução deste Banco, quanto de instituições financeiras no resto do País, como está sendo provado pelo Senador Romeu Tuma.

Concedo aparte ao Deputado Alborghetti.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Não entendo muito de mercado de capitais, mas gostaria de falar no meu linguajar.

Não recebo a TV-Senado, mas procurei alguém para acompanhar a TV-Senado e hoje os jornais brasileiros fazem uma série de indagações a respeito do Senador Serra. Ele foi advogado do BRADESCO, já. Ele foi assessor do BRADESCO. Ontem, senti que o Senador Serra, com todo respeito, não teve a mesma postura em relação aos diri-

gentes do BRADESCO, e em relação aos dirigentes do BANESTADO. Coloco sob suspeita a participação do Senador José Serra, já que ele era um dos homens fortes do BRADESCO, segundo consta dos principais jornais de circulação nacional.

O Banco del Paraná, conforme Vossa Excelência diz, estou ouvindo Vossa Excelência e o Deputado Rossoni, e a gente aprende. Não entendo de mercado de capitais, mas o Banco del Paraná já vem sofrendo uma série de desgastes desde Governos anteriores. Desde o Governo Álvaro Dias, Requião, e o atual Governo. Confesso que a cada ano, se Vossa Excelência assumir amanhã o Governo do Paraná, tenho certeza que o Banco del Paraná vai ser notícia novamente em alguns veículos de comunicação.

O que me chamou a atenção no interrogatório, ontem, que um funcionário nomeado pelo Governador Requião, só sei o primeiro nome, Paulo, que continua no BANESTADO, ele é quem participava dessas operações, e na época, também participando, comprou 350 milhões de dólares em precatórios.

Confesso ao Senhor que até agora procurei em vários dicionários e não entendi ainda o significado desta tal palavra "precatório", mas diz que é papel. Não sei como é que esse papel vira dinheiro. Gostaria até de ver de perto como vira dinheiro.

Vi também nos jornais, hoje, que o Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quer ouvir os Senadores que também participaram e deram pareceres favoráveis para que o Banco Central autorizasse este mecanismo, como Vossa Excelência diz, do mercado de capitais. Vossa Excelência disse que nos Governos anteriores poderia ter havido também esse desenlace, essa venda, essa compra de precatórios.

Pergunto a Vossa Excelência: não deveríamos, como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, abrir o sigilo bancários dos Senadores que assinaram as autorizações, para que o Banco Central colocasse em venda esses precatórios? Por que os Senadores não foram ouvidos até agora? Porque quando se fala em ouvir Senadores, parece que há ameaças dentro do Congresso. Não sei se Vossa Excelência pode me ajudar. Um Senador não sei daonde disse que ia matar o Senador de Santa Catarina.

Acho, Deputado Vanhoni, e concordo com Vossa Excelência. O BANESTADO, como Vossa Excelência sabe, é uma das estatais de maior credibilidade do Brasil e Vossa Excelência tem orgulho disso. Não podemos desestabilizar um Banco como o Banco do Estado do Para-

na, que hoje é orgulho da família, dos próprios funcionários do BANESTADO.

Por exemplo, o caso BAMERINDUS. Ninguém se levantou para defender o BAMERINDUS. Esta Assembléia se levantou, sim, porque o Senador Roberto Requião dizia à imprensa que não houve uma maracutaia dentro do BAMERINDUS e houve esse descalabro agora. O BAMERINDUS passa para uma instituição internacional, com todo o respeito que tenho pela família do Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Não entendo nada deste mercado de venda, de Banco Central. Acharia, Deputado Vanhoni, só para finalizar, que tal se fizéssemos uma CPI no Congresso para ver quem é esta "caixa preta" chamada Banco Central? Quem é esta "caixa preta"? Queríamos saber também quem são os Senadores que autorizaram a venda desses precatórios. É isto que gostaria de entender, Deputado Ângelo Vanhoni. Temos que começar também, Ângelo Vanhoni, pelo Banco Central e pelo Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Para concluir, Senhor Presidente, Deputado Alborghetti traz reflexões que foram secundadas anteriormente pelo Deputado Valdir Rossoni, e que esta investigação tem que prosseguir em direção ao Banco Central, e prosseguir em relação aos Senadores.

A postura do Senador Antonio Carlos Magalhães, se é que vi num programa de televisão, é de que todo o homem público com mandato eletivo e no Poder Executivo, ao assumir a investidura do mandato, já tenha de "per si" o seu sigilo bancário quebrado. Se essa norma vier a se consolidar como forma de lei na reforma política que se prevê para o País no próximo semestre, sou um dos primeiros a subir nesta tribuna, a elogiar e a fazer força no Congresso Nacional para que isso aconteça.

Vossa Excelência tem toda razão, mas agora, em relação ao que Vossa Excelência afirma da compra de títulos pelo Governo passado e pela nomeação do Diretor da Corretora, o Presidente do Banco do Estado me desculpe, o Dr. Murta, mas ele apareceu no Senado Federal ontem, dizendo que praticamente não era Presidente de quase nada. E quem nomeou o atual Diretor de Operações da Corretora do Banco do Estado, me desculpe, não foi o Governo Requião, ele trabalhou durante o Governo Requião no mesmo posto, mas o Governo trocou, o Governo foi trocado de mandatário, no ano, agora, de 94, e o Governo atual manteve este rapaz na con-

dução da direção da Corretora de Valores do Banco do Estado do Paraná. E se a Corretora, neste período, está apresentando objeto de suspeita, de irregularidades, compete a nós inquirir o rapaz sobre as irregularidades que estão acontecendo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ele fez um empréstimo de 350 milhões, na época.

O SR. ÂNGELO VANHONI - E vamos investigar se essa compra também referendada no ano de 93 foi irregular ou não. Não me oponho a isso, Deputado, acho que é mais um adendo.

Só para concluir, Senhor Presidente, quero formular um requerimento verbal e vou apensá-lo na Mesa Executiva.

Como o Deputado Valdir Rossoni declarou que o Presidente do Banco do Estado, e está nas cópias taquigráficas do Senado, está na televisão, que o Banco do Estado não compraria títulos depois de revelada pela CPI, a cadeia de irregularidades, e como ficou comprovado que foi comprado 60 dias depois de instalada a CPI, títulos da dívida pública do Estado de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, intermediados pela Corretora Divopar, vou requerer, Senhor Presidente, que o Presidente do Banco do Estado e os Diretores que queiram lhe acompanhar, que voltem a dar explicações aqui na Assembléia Legislativa, e espero que o Deputado Valdir Rossoni, que concorda com esse entendimento, reconvoque o Presidente do Banco para explicar a compra feita pelo Banco do Estado, 60 dias após instalada a CPI no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

PFL, PT já usou, PTB, PPB, PMDB, PDT, Liderança do Governo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.



Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

#### TRABALHOS DAS COMISSÕES TÉCNICAS DESTE PODER LEGISLATIVO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 606, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme o requerido.**

"Requerimento do Deputado Renato Adur: Requer que o Ilmo. Sr. José Henrique de Farias venha falar no Plenário desta Casa sobre ato administrativo do Hospital de Clínicas".

Requerimento confuso. Transfiro para amanhã.

(Continua a ler requerimentos)

Requerimento nº 624, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.**

É um requerimento solicitando esta audiência, depende da presença do Secretário da Agricultura junto com o IAPAR, de acordo com o Regimento Interno.

Vossa Excelência concorda?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Não tenha dúvidas, é importante a presença da Diretoria do IAPAR, e seria de bom grado ter a presença do Secretário da Agricultura, junto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

A Mesa vai dirigenciar para que ambos compareçam à Casa.

Requerimento nº 610, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 592, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 597, 598, 599 e 600, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 603, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 607 e 608, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 609, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 612, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 613, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 614, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 615 e 616, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 617, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 618, de autoria do Senhor Deputado Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 620, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).



Requerimento nº 622, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada o Deputado Irineu Colombo usou a tribuna para condenar a violência em Diadema. O nosso partido, em função de um fato ocorrido, divulga uma nota oficial que provavelmente Vossas Excelências vão tomar conhecimento no dia de amanhã. Gostaria de dar conhecimento aos Senhores Parlamentares:

**(Leitura da Nota Oficial):**

"Por volta das 17 horas de hoje, segunda-feira, durante reunião realizada na sua Sede Nacional, em São Paulo, militantes petistas de Diadema fizeram chegar às mãos da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, cópia de uma fita de vídeo que teria sido gravada no dia 15/12/95, o que comprovaria denúncias de que o policial militar Otávio Lourenço Gandra, conhecido por Rambo, teria sido visto na sede do Diretório Municipal de Diadema, prestando serviço de segurança. Ao tomar conhecimento do conteúdo da fita, a CEN decidiu:

1. Chamar imediatamente o Deputado José Augusto Ramos, então presidente do DM, para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo do vídeo;

2. Dar conhecimento imediato do vídeo à opinião pública, convocando a imprensa para uma entrevista coletiva na sede do partido, às 16 horas desta terça-feira;

3. Informar e enviar o vídeo à Comissão de Ética do Diretório Estadual de São Paulo, já instalada em Diadema, para apurar responsabilidades sobre incidentes ocorridos na última campanha eleitoral naquela cidade;

4. Suspender, de imediato, e até que o trabalho de apuração sobre o conteúdo do vídeo seja concluído, a filiação de José Augusto Ramos ao partido dos Trabalhadores.

A CEN ressaltou que o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Diadema já está sob investigação do Diretório Regional, que em 01/02/97 decretou intervenção e criou Comissão de Ética para apurar quebra da ética partidária naquela cidade.

São Paulo, 7 de abril de 1997.

Comissão Executiva Nacional".

O PT, ao tomar conhecimento da postura deste seu Parlamentar, suspendeu imediatamente a sua filiação e instala a Comissão de Ética.

Isto é importante esclarecer, porque amanhã estará veiculada na imprensa nacional, e o PT já tomou a sua decisão para apurar todas as irregularidades, suspendendo o seu Deputado que fazia uso da segurança desse policial militar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 105, 111, 114 e 115/97.

Levanta-se a sessão.

**Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALBANOR GOMES, EM SESSÃO DO DIA 08 DE ABRIL DE 1997.

**"CARTA REIVINDICATÓRIA"**

Sindicato Rural de Contenda  
Órgão Sindical de 1º Grau  
reconhecido em 18/05/67

R. Des. Lauro Lopes, 385 - Contenda/PR  
83.730-000 - Fonefax: 041-825.1432

Os Sindicatos Rurais de Contenda, Araucária, Campo Largo, Lapa, Quitandinha, Balsa Nova, Mandirituba, com o apoio da Prefeitura e Câmara Municipal de Contenda, da Prefeitura de Araucária, da Prefeitura de Balsa Nova, da ABAPAR (Associação de Bataticultores do Paraná), da FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), da Associação dos Produtores de Batata Bintje do Estado do Paraná - Guarapuaçu, da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), após a concentração dos agricultores neste município denominada "Dia de Alerta", onde paralisaram o comércio e as agências bancárias discutiram e aprovaram, em plenário com os agricultores rurais, as seguintes propostas, para que os pequenos e médios produtores rurais permaneçam na agricultura, levam a V.Sa. a saber:

- Agricultura da região vem acumulando prejuízos desde 1991, em função de frustrações de safras, devido a

eventos climáticos, isto aliado a instabilidade de regras governamentais, falta de política agrícola definida, alternâncias de mercado, problemas de comercialização, concorrência do MERCOSUL e as causas do Plano Real, onde teve sua alavanca na agricultura, causando maiores prejuízos a esses segmentos.

- Queremos considerar que o nosso município possui por características de plantio de batata, milho e feijão, e essas culturas não vêm apresentando retorno satisfatório.

Como consequência dos resultados obtidos nas últimas safras, o produtor que tomou empréstimos do Banco ou aquele que utilizou recursos próprios ou foi buscar recursos ainda junto aos fornecedores, hoje estão descapitalizados, muitos sem condições de plantar, havendo com isso uma redução de plantio de batata em torno de 40%, nesta safra das secas, sendo que na Região Metropolitana apresenta 70% da área de batata cultivada no Estado, num total de 30.000 Ha (trinta mil hectares).

- Com dificuldades financeiras, os produtores que possuem dívidas em Bancos e fornecedores não conseguiram cumprir com seus compromissos das parcelas vencidas até março de 97.

Como os resultados com as culturas vêm sendo negativos, muitos utilizaram os limites de cheques especiais e não conseguem sequer pagar os juros desses limites, e muitos estão com contas encerradas nos Bancos, sem condições de crédito e perdendo o poder de compra.

Atualmente os Bancos e fornecedores não dão crédito a muitos produtores e dessa forma não há como plantar e isto está gerando uma nova preocupação: como pagar as dívidas securitizadas?

- Face as dificuldades na obtenção de crédito para plantar e não dispondo de nenhum capital, inclusive para a manutenção familiar, já está ocorrendo ajuizamento de dívidas, protesto de títulos e execução judicial.

Esses fatores estão forçando os produtores a paralisar sua atividade, em consequência há ocorrência de desemprego aumento na região, trazendo graves problemas ao trabalhador rural, muitos em estado de miséria e fome, um agravante social imensurável e de reversão difícil.

PROPOSTAS PARA AJUSTAR A  
SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES  
ÀS SUAS NECESSIDADES ATUAIS

O Governo Federal, reconhecendo a situação criada por suas decisões, instituiu, através da Lei 9138, de 25 de novembro de 1995, o alongamento das referidas dívidas, contraídas para produzir os alimentos necessários ao país e que não poderão ser cumpridas, em função das grandes defasagens existentes entre a correção de insumos, os contratos de créditos e o valor da produção conseguida.

A referida lei, em seu artigo 5º, estabelece que as dívidas poderão ser alongadas pelo prazo mínimo de 7 anos. Porém, no inciso V, estabelece que, em caso de incapacidade de pagamento neste prazo, a dívida poderá ser alongada em até 10 anos. Para que isso ocorresse, bastaria que o agente financeiro recalculasse o saldo devedor, expurgando as multas, moras, taxas de inadimplências, etc., e estudem a real capacidade de pagamento de cada produtor, prolongando por dez anos na forma da lei.

Se os valores compreendidos com a securitização impedem que novos créditos sejam assumidos, claro está que a capacidade de pagamento no prazo estipulado inicialmente (7 anos) não obedecem a lógica contábil.

Considerando essas assertivas, vimos propor sejam reconsiderados os contratos de securitização através do recálculo pelos agentes financeiros, para aqueles agricultores que assim estabeleceram a carência maior para o primeiro pagamento e um prazo mais dilatado para liquidarem suas dívidas, com adequação das garantias liberando as excedentes.

Outra consideração importante é aquela relativa ao custo final de produção, fator de alta consideração na competitividade que a globalização da economia mundial expôs a todos os segmentos da economia mundial. O valor representativo tem o custo com insumos e considerando que muitos desses tem origens externas e que sobre eles incidem uma gama de impostos de importação e outro de internalização que comprometem de forma significativa o custo de produtos agrícolas primários.

Reivindicamos a retirada de impostos que incidem sobre os insumos destinados a agriculturas, quer nas importações como aqueles de circulação interna para que possamos competir com os produtos de origem internacional, como exige a atual economia de mercado.

Reivindicamos ainda a criação de tarifas compensatórias para aqueles produtos que comprovadamente recebem o incentivo de subsídios dados pelos governos estrangeiros interessados na

exportação de seus produtos primários agrícolas, a qualquer peso impedindo o produtor rural brasileiro de uma competição honesta e justa.

(Considerar o preço de adubo saca de 50 kg)

Exemplo:

Adubo 04-14-08 em 25/10/94 R\$ 6,50  
em 25/03/96 R\$ 10,50

Prorrogação das parcelas vencidas até março/97 e parcelas a vencer por um prazo compatível as atuais capacidades de pagamento de cada produtor.

Abertura imediata de crédito de manutenção de produtores e suas famílias.

Abertura de crédito de custeio a todos os pequenos e médios produtores com dívidas securitizadas a fim de permanecerem na atividade e poderem cumprir seus compromissos.

Criação de uma comissão para estudar a vocação agrícola da região, a fim de buscar alternativas para os produtores em suas explorações, possibilitando manter os agricultores na área de produção com rentabilidade e condições de sobrevivência.

Contenda, 04 de abril de 1997.

(aa) PEDRO BOÇOEN

Sind. Rural de Contenda

PEDRO MENDES

Sind. Rural da Lapa

URBANO PIONTKIEVICZ

Sind. Rural de Quitandinha

BENEDITO ROBERTO PINTO

Sind. Trab. Rurais da Lapa

LUIS CARLOS VIEIRA RIBEIRO

Ass. Prod. Batata Bintje PR

ADILSON PORTELA FRANCO

Sec. Mun. Agric. Balsa Nova

WILSON BAUMEL PIEL

Prefeitura de Contenda

ANTONIO GEMBAROSKI

Sind. Rural de Araucária

HUGO RUTHES

Sind. Rural de Campo Largo

JÚLIO CARVALHO

Sind. Trab. Rur. Mandirituba

PAULO DZIERWA

Presidente da ABAPAR

LUIS CARLOS BUENO

Diretor da ABAPAR

MÁRIO SUZUKI

Sec. Mun. Agric. Araucária

IVAN BAUMEL PIEL

Câmara Vereadores Contenda